

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com base na Instrução Normativa TCE/AL n.º 003/2011, julgue os itens a seguir.

- 51 Caso se verifique que as áreas existentes no sistema de controle interno de uma prefeitura não sejam suficientes para a execução adequada de suas atividades, é permitida a criação de área complementar para aprofundamento de análises, como, por exemplo, uma área de auditoria de conformidade contábil.
- 52 Nos municípios, as atividades de desenho de processos e procedimentos de auditoria, incluídas as atividades de controle, podem ser executadas por empresa de consultoria contratada pela prefeitura para aprimorar os controles internos, enquanto o contrato de consultoria estiver vigente.
- 53 Caso um servidor municipal identifique irregularidade em contrato firmado pela prefeitura, ele deverá reportá-la ao órgão central de controle interno, que, por seu turno, tomará as medidas necessárias para comunicá-la ao Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE/AL).
- 54 Em atenção às orientações da referida norma, uma prefeitura de médio porte deve vincular o órgão central de seu sistema de controle interno diretamente à Secretaria de Fazenda, haja vista a necessidade de integração sistêmica com a gestão orçamentária já consolidada.
- 55 Qualquer servidor estadual pode ser nomeado para o cargo de coordenador do sistema de controle interno de município, visto que o referido cargo é comissionado.
- 56 É obrigação de qualquer município do estado de Alagoas, ainda que de pequeno porte, determinar pontos de controle para cada ação sob responsabilidade de suas unidades executoras.

Julgue os itens seguintes, referentes às especificidades do sistema de controle interno (SCI) de prefeituras do estado de Alagoas.

- 57 Um município, desde que de grande porte, pode substituir os pontos de controle referentes às áreas de educação e saúde do Anexo I da Instrução Normativa TCE/AL n.º 003/2011 por análises consolidadas em relatório único de avaliação orçamentária agregada.
- 58 Suponha que uma investigação do SCI do município X comprove que gestores de recursos humanos da prefeitura municipal favoreceram a concessão de aposentadorias especiais sem os devidos requisitos legais. Nessa situação hipotética, o órgão central deve formalizar uma tomada de contas especial.
- 59 A existência de inconformidade relativa à data limite de implementação do SCI deve ser informada ao Ministério Público de Contas do TCE/AL, que imediatamente representará ao Ministério Público estadual a fim de que se promovam as ações legais cabíveis.
- 60 Câmara municipal pode dispensar estrutura própria de SCI e integrar-se ao SCI do Poder Executivo municipal, uma vez que tanto o Poder Legislativo quanto o Poder Executivo municipais respondem ao TCE/AL.

Julgue os itens seguintes, relativos a atuação da auditoria governamental, planejamento de auditoria, execução da auditoria e comunicação dos resultados de auditoria.

- 61 As análises, avaliações e informações de suporte de uma auditoria devem ser adequadamente documentadas, de modo que qualquer pessoa possa repetir o trabalho e obter os mesmos resultados.
- 62 O programa de auditoria deve identificar, entre outros elementos, os procedimentos analíticos que os auditores pretendem usar para a execução das tarefas programadas.
- 63 Na hipótese de uma auditoria interna não ter sido realizada em conformidade com determinada norma, o auditor deve registrar e justificar essa não conformidade no relatório da auditoria, além de informar eventuais impactos sobre as constatações e conclusões do trabalho.
- 64 A atuação dos auditores em conformidade com as normas globais de auditoria interna contribui para a objetividade dos trabalhos, mas não tem relação com a eficácia da auditoria interna.
- 65 O foco e os limites de determinado trabalho de auditoria interna são estabelecidos em seu escopo, que deve viabilizar o alcance dos objetivos da auditoria.

Julgue os itens a seguir, relativos à auditoria interna governamental.

- 66 Na auditoria de obras públicas, a irregularidade conhecida como "jogo de cronograma" ocorre quando os boletins de medição são emitidos em desacordo com o cronograma físico-financeiro.
- 67 Um dos campos do modelo de matriz de planejamento da Controladoria Geral da União é a causa do achado.
- 68 Ao utilizar técnicas de amostragem estatística com o objetivo de avaliar se determinado programa social alcança integralmente o conjunto de pessoas para o qual foi idealizado, o auditor deve considerar que a população-alvo corresponda ao conjunto de cidadãos cadastrados pelo órgão responsável pela execução do programa.
- 69 As evidências obtidas por meio de entrevista oral devem ser ratificadas por informações que sejam resultantes de outros procedimentos.
- 70 A possibilidade de que um evento adverso ocorra e comprometa o alcance dos objetivos de uma organização é denominada materialidade.

João, servidor público brasileiro, trabalhava na Embaixada do Brasil na França e aproveitou-se das facilidades de seu cargo para desviar recursos públicos federais, que foram transferidos para uma conta pessoal dele no exterior. O crime foi descoberto pelas autoridades francesas e João foi processado e condenado na França, onde cumpriu dois anos de pena privativa de liberdade pelo fato. Logo após ter cumprido a pena e quando contava com 50 anos de idade, João retornou ao Brasil, onde passou a responder criminalmente pelo mesmo fato perante a justiça federal brasileira. Durante o curso do seu processo no Brasil, o Congresso Nacional aprovou uma nova lei penal, que aumentou significativamente a pena para o crime de peculato. Ademais, durante as investigações, descobriu-se que, um mês antes de viajar para a França, um relógio de luxo de João fora furtado de dentro de sua residência no Brasil, tendo sido Pedro, seu pai, o autor do furto, fato que restou comprovado por câmeras de segurança.

A partir da situação hipotética narrada, julgue os itens a seguir.

- 71** Pedro é isento de pena pelo crime de furto praticado contra João.
- 72** A nova lei penal que aumentou a pena para o crime de peculato seria aplicada ao processo de João no Brasil, que ainda estava em curso, uma vez que a sentença condenatória ainda não transitara em julgado.
- 73** O período de cumprimento de dois anos de prisão na França pelo crime de peculato é irrelevante para a justiça brasileira, em virtude do princípio da soberania nacional, devendo João cumprir integralmente a nova pena que vier a ser a ele imposta no Brasil.
- 74** João está sujeito à lei penal brasileira pelo crime de peculato que praticou na França, tratando-se de uma hipótese de extraterritorialidade incondicionada, o que autoriza a aplicação da lei do Brasil mesmo ele já tendo sido condenado no estrangeiro.

Carlos, auditor fiscal da receita estadual, constatou, em fiscalização de rotina, irregularidades tributárias no estabelecimento de Daniel e, valendo-se de sua função, exigiu de Daniel o pagamento de R\$ 50.000 para não lavrar o respectivo auto de infração e não interditar o local. Daniel recusou-se a realizar o pagamento e, diante da negativa, Carlos sacou uma arma de fogo e ameaçou matar Daniel ali mesmo, tendo obrigado o comerciante a entregar seu veículo esportivo de luxo, que estava estacionado na frente do estabelecimento.

Após obter a posse mansa e pacífica do bem, e antes de ir embora com o veículo sem qualquer resistência da vítima, Carlos, por puro sadismo, desferiu um forte golpe com a coronha da arma no braço direito de Daniel, tendo-o fraturado. O laudo pericial posterior comprovou que, em decorrência dessa fratura, Daniel estaria incapacitado para suas ocupações habituais por 40 dias.

Após o trânsito em julgado da sentença que condenou Carlos às penas de prisão e multa e antes do início do cumprimento da sanção aplicada, ele sofreu um infarto fulminante e faleceu, tendo deixado um patrimônio de R\$ 500.000 como herança para Jorge, seu único filho.

Julgue os itens que se seguem, referentes à situação hipotética apresentada.

- 75** Com o falecimento de Carlos após o trânsito em julgado da sentença condenatória, a pena de multa, ainda que seu valor seja inferior ao limite do patrimônio transferido, não poderá ser cobrada de Jorge.
- 76** A ação de Carlos que resultou na fratura do braço de Daniel caracteriza o crime de lesão corporal de natureza grave, pois a vítima ficou incapacitada para suas ocupações habituais por mais de 30 dias.
- 77** Ao obrigar Daniel, mediante o emprego de grave ameaça com arma de fogo, a entregar o veículo, Carlos cometeu o delito de extorsão.
- 78** A conduta inicial de Carlos, ao utilizar-se de sua função de auditor fiscal para exigir vantagem indevida de Daniel, configura o crime de corrupção passiva.

Acerca do exercício da competência tributária e da incidência de impostos, julgue os itens a seguir.

- 79** A propositura de projeto lei que verse sobre benefícios tributários é competência exclusiva do Poder Legislativo.
- 80** Segundo diretriz constitucional, as alterações na legislação tributária devem guiar-se pela regressividade da tributação, na perspectiva de que a carga tributária seja atenuada com o tempo.
- 81** O IPVA incide sobre aeronaves e embarcações.
- 82** A competência tributária residual atinente aos impostos é exclusiva da União e, por meio dela, não se admite a criação da espécie tributária que siga a técnica da cumulatividade.
- 83** O IBS, novo imposto inserido por meio da Reforma Tributária do Consumo, não incide sobre as compras governamentais, visto que elas configuram hipótese de imunidade tributária na modalidade recíproca.

No que concerne à constituição e cobrança dos créditos tributários, julgue os itens seguintes.

- 84** Segundo entendimento do STF, a determinação do arquivamento de processo administrativo fiscal por decurso de prazo, impedindo a possibilidade de revisão do lançamento objeto do processo, equivale à hipótese de decadência tributária e, portanto, somente pode ser veiculada por lei complementar federal.
- 85** A instauração de incidente de inconstitucionalidade acerca de norma instituidora de determinado imposto tem como efeito a suspensão da exigibilidade desse tributo em relação a todos os contribuintes.
- 86** A elisão fiscal é considerada planejamento tributário lícito, correspondendo a uma estratégia, dentro da legalidade, para o não pagamento de tributos.

Acerca da disciplina legal anticorrupção, julgue os itens a seguir, de acordo com o disposto na Lei n.º 12.846/2013.

- 87** A responsabilização da pessoa jurídica por atos praticados contra a administração pública é graduada conforme a responsabilização individual de seus dirigentes ou administradores.
- 88** A rejeição da proposta de acordo de leniência não implica o reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.
- 89** A competência para instauração e julgamento do processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica por ato contra a administração pública é passível de delegação.
- 90** A celebração de acordos de leniência no contexto da legislação anticorrupção exige, alternativamente, que a pessoa jurídica seja a primeira a se manifestar sobre seu interesse em cooperar para a apuração do ato ilícito ou que cesse completamente seu envolvimento na infração investigada a partir da data de propositura do acordo.

Julgue os itens seguintes, referentes a transparência e acesso à informação, bem como a conflito de interesses no âmbito da administração pública.

- 91** Não há conflito de interesses quando os atos que, em tese, caracterizam essa situação são praticados por agente público durante período de licença ou afastamento.
- 92** O serviço de atendimento a solicitações de acesso à informação é gratuito.
- 93** Uma vez consumado o evento que defina o termo final do prazo de classificação das informações como secretas, elas deverão ser franqueadas automaticamente ao acesso público.
- 94** A materialização do conflito de interesses no âmbito da administração pública exige a constatação de lesão ao patrimônio público ou recebimento de qualquer vantagem ou ganho pelo agente público.

Julgue os itens a seguir, relativos ao acesso à informação, ao sigilo de informações e documentos, bem como à restrição de acesso a informação.

- 95** Todo documento produzido pela administração pública é automaticamente classificado como sigiloso até análise posterior.
- 96** Informações pessoais relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem possuem proteção legal, com restrição de acesso por até 100 anos.
- 97** Informações sigilosas classificadas como ultrassecretas podem permanecer em sigilo por prazo máximo de 25 anos, prorrogável uma única vez.
- 98** O acesso à informação pública é a regra, e o sigilo constitui exceção devidamente fundamentada.

No que se refere à responsabilidade das autoridades, ao acesso à informação eletrônica e à transparência orçamentária, julgue os próximos itens.

- 99** A disponibilização de informações públicas em meio eletrônico depende de solicitação prévia do cidadão interessado.
- 100** Os *sites* oficiais devem garantir acesso automatizado por sistemas externos, em formatos abertos, estruturados e legíveis por máquina.
- 101** A transparência orçamentária exige a divulgação apenas das despesas já executadas, sendo dispensável a publicação de receitas previstas.
- 102** A responsabilidade pelo cumprimento das normas de acesso à informação é exclusiva do dirigente máximo do órgão, não se estendendo aos demais servidores públicos.

Ao analisar as contas do estado no encerramento do exercício de 2025, o analista de controle interno da CGE-AL deparou-se com as seguintes situações:

(i) A fatura de energia elétrica da Secretaria de Educação referente ao consumo do mês de dezembro/2025 foi recebida dentro desse mesmo mês. O empenho e a liquidação da despesa orçamentária ocorreram em dezembro, mas o pagamento efetivo só foi realizado em janeiro/2026.

(ii) O estado lançou o IPTU de contribuintes em março/2025, mas um grupo de moradores só efetuou o pagamento das cotas (arrecadação) em fevereiro/2026, com juros e multa.

Considerando a situação hipotética precedente e a necessária relação entre regime orçamentário e regime contábil no setor público, julgue os itens que se seguem.

103 Sob o enfoque orçamentário, o IPTU pago pelos moradores em fevereiro/2026 será registrado como receita orçamentária no encerramento do exercício de 2025, em atendimento a dispositivo da Lei n.º 4.320/1964.

104 Sob o enfoque patrimonial (regime contábil), a despesa com energia elétrica deve ser reconhecida como uma variação patrimonial diminutiva (VPD) no mês de dezembro/2025, ainda que seu pagamento tenha ocorrido somente em 2026.

Durante a análise das contas da Secretaria de Saúde do estado de Alagoas, a CGE-AL verificou que o orçamento de um projeto de reforma de uma unidade hospitalar (crédito inicial) se tornou insuficiente devido a um aumento inesperado nos custos de materiais. Para suprir a carência, a CGE-AL sugeriu a abertura de um crédito adicional para reforçar a dotação dessa despesa.

Com base na situação hipotética apresentada, julgue os itens subsequentes.

105 A vigência do crédito adicional aberto para a reforma restringe-se ao exercício financeiro em que for aberto, não podendo ser reaberto no ano seguinte.

106 Para o atendimento do referido reforço na dotação, o crédito adicional aberto deve ser o especial, com prévia autorização legislativa e indicação de fonte de recursos.

Ao realizar a conformidade contábil nos registros de determinada secretaria de Estado, um analista de controle interno da CGE deve analisar se os lançamentos respeitam a estrutura de classes do PCASP e os atributos da informação contábil, bem como se as naturezas de informação (orçamentária, patrimonial e de controle) estão integradas e suas autonomias, preservadas, conforme as regras do setor público. Com base no exposto, julgue os itens subsequentes.

107 As contas da natureza de informação de controle, representadas pelas classes 7 e 8, registram, processam e evidenciam os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

108 Consoante as regras de integridade do PCASP, os lançamentos contábeis devem ser feitos por meio de partidas dobradas de acordo com a mesma natureza de informação, de modo que um registro na classe 1 (ativo) tenha sempre uma contrapartida nas classes 1, 2, 3 ou 4.

109 Caso se observe, no encerramento do exercício, que uma parcela empenhada para pagamento de uma dívida fundada (passivo permanente) não tenha sido paga até 31 de dezembro, a parcela da dívida deverá constar no balanço patrimonial com o atributo financeiro (F), uma vez que o empenho já efetivou a autorização orçamentária necessária para sua amortização.

itens	valores em R\$
previsão atualizada da receita	1.000.000
receita arrecadada	950.000
dotação atualizada da despesa	1.000.000
despesa empenhada	900.000
despesa liquidada	850.000
despesa paga	800.000
variações patrimoniais aumentativas (VPA)	980.000
variações patrimoniais diminutivas (VPD)	820.000
saldo inicial do caixa	100.000

Considerando os dados da tabela precedente, relativos às demonstrações contábeis de uma autarquia estadual ao final do exercício de 2025, julgue os itens a seguir, com base nas normas aplicadas à estrutura e fechamento das demonstrações contábeis do setor público.

- 110** O saldo em espécie para o exercício seguinte (saldo final), apurado no balanço financeiro, é de R\$ 380.000.
- 111** O resultado orçamentário do exercício, apurado no balanço orçamentário, foi superavitário em R\$ 100.000.
- 112** O resultado patrimonial do exercício, apurado na demonstração das variações patrimoniais, apresentou superávit de R\$ 160.000.

Julgue os itens a seguir, relativos ao conceito, aos tipos e às formas de controle.

- 113** O controle parlamentar direto sobre a administração pública federal pode ser exercido por meio de convocação de ministros de Estado para prestarem informações ao Congresso Nacional, e a recusa injustificada à convocação configura crime de responsabilidade, nos termos da Constituição Federal de 1988.
- 114** O controle externo exercido pelo Congresso Nacional sobre a administração pública federal, com o auxílio do TCU, abrange exclusivamente a fiscalização contábil, financeira e orçamentária dos órgãos da administração direta.

No que se refere ao controle da atividade financeira do Estado, julgue os itens seguintes.

- 115** A Constituição Federal de 1988 determina que cada um dos três Poderes mantenha sistemas de controle interno integrados para verificar a legalidade e os resultados da gestão financeira.
- 116** O TCU exerce controle de natureza jurisdicional sobre as contas dos gestores públicos federais, de modo que suas decisões condenatórias que imputam débito ou aplicam multa têm eficácia de coisa julgada e independem de execução pelo Poder Judiciário.

Com base no disposto na Lei n.º 14.133/2021, julgue os itens subsequentes.

- 117** Em processos licitatórios, o agente de contratação pode acumular as funções de pregoeiro, presidente de comissão de licitação e membro da equipe de apoio, desde que esse acúmulo seja autorizado pela autoridade competente e a regularidade do certame esteja assegurada.
- 118** O critério de julgamento por menor preço ou maior desconto deverá ser utilizado quando o objeto da licitação for padronizável, sem depender de características técnicas diferenciadas, sendo vedada, nesses casos, a exigência de amostra ou de prova de conceito como condição de participação no certame.

Considerando o disposto na Lei estadual n.º 6.754/2006, julgue os itens que se seguem.

- 119** A cominação de censura ética distingue-se da advertência em razão da situação funcional do servidor.
- 120** É proibido à comissão de ética escusar-se de fundamentar o julgamento de falta ética sob alegação de ausência de previsão expressa no código de ética, sendo-lhe facultado recorrer à analogia, aos costumes e aos princípios éticos e morais reconhecidos em outras profissões.

Espaço livre